



Memórias do Desastre Ambiental do Navio *Vicuña*
(2004)

Memories of the Environmental Disaster of Vicuña Ship
(2004)

FIGUEIRA, Priscila Onório*

Resumo: No dia 15 de novembro de 2004, o navio chileno *Vicuña* explodiu no Porto de Paranaguá, localizado no município de Paranaguá, no estado do Paraná. O desastre provocou um vazamento de 290 mil toneladas de óleo combustível que atingiu manguezais, restingas e levou a proibição da pesca. A comunidade de Amparo, situada a alguns metros do porto, foi uma das localidades mais atingidas. Nessa comunidade residem cerca de 160 famílias que dependem da pesca. O presente trabalho analisa as diferentes versões construídas em torno do desastre ambiental do navio *Vicuña*. Através da metodologia da história oral, o texto pretende evidenciar as narrativas dos pescadores e como os documentos oficiais descrevem o desastre. A análise das entrevistas indica que as narrativas dos pescadores são permeadas pelos conflitos decorrentes das negociações e dos impactos ambientais de longo prazo provocados na Baía de Paranaguá.

* Mestre em História pela UFPR, Curitiba –PR. Doutoranda em História pela UFPR pelo Programa de Pós-graduação em História da UFPR, Curitiba –PR. Bolsista CAPES. Email: priscilahonorio90@gmail.com.

Recebido em: 10/03/2019
Aprovado em: 24/05/2019

Palavras-chave: desastre ambiental; pescadores; história oral.

Abstract: In November 15th of 2004, the Chilean *Vicuña* ship exploded in the Paranaguá Port, located in the city of Paranaguá, in the state of Paraná. The disaster caused a leaking of 290.000 tonnes of fuel oil that impacted mangroves, restingas and caused the prohibition of fishing. The community of Amparo, located a few meters from port, was one of the most affected. In this community living 160 families that depend on fishing. The present work seeks to analyze the different versions built around the environmental disaster of the *Vicuña* ship. Through the methodology of oral history, the text seeks to evidence the memories of fishermen and how the official documents describe the environmental disaster. The analysis of the interviews indicates that the narratives of the fishermen are permeated by the conflicts arising from the negotiations and the environmental impacts caused in the Paranaguá Bay.

Keywords: environmental disaster; fishermen; oral history.

Introdução

No dia 15 de novembro de 2004, o navio chileno *Vicuña* explodiu durante uma operação de descarga de óleo combustível no Porto Dom Pedro II, localizado no município de Paranaguá, no estado do Paraná. O desastre ficou conhecido como o acidente do navio *Vicuña* que ocasionou um vazamento aproximado de duzentos e noventa mil litros de óleo combustível e provocou a contaminação de ecossistemas de manguezais, restingas, praias e a proibição da pesca por sessenta dias. No total, trinta e seis comunidades pesqueiras foram diretamente atingidas nos municípios de Paranaguá, Antonina, Guaraqueçaba e Pontal do Paraná (LAUDO TÉCNICO, 2005). A comunidade de Amparo, situada de frente para o porto, foi uma das localidades mais atingidas (RELATÓRIO INICIAL DO NAVIO *VICUÑA*, 2005, p. 31). Após o acidente, foram publicados relatórios de impacto ambiental, aplicadas multas as empresas envolvidas e dadas compensações aos pescadores pelos danos materiais (LAUDO TÉCNICO, 2005). Numa tentativa de compensar o acidente, a empresa Cattalini investiu parte da sua multa na construção de um aquário marinho na cidade de Paranaguá (GAZETA DO POVO, 2010).

Apesar do evento ter sido noticiado e descrito como um acidente é pertinente conceituá-lo como um desastre ambiental, pois não foi algo isolado e de caráter único, levando em conta o histórico de eventos similares ocorridos no Porto de Paranaguá¹.

¹ Devido ao tráfego constante de navios no porto, outros eventos como o vazamento de nafta do Navio Norma em 2001, o derramamento de óleo que causou a morte de peixes no ano de 2011, são eventos que ocorrem de forma rotineira na cidade de Paranaguá.

Define-se desastres ambientais fenômenos ao mesmo tempo físicos e humanos, sob a perspectiva de que a natureza hoje existente é resultado também das relações e representações dos seres humanos. Enquadram-se nesse grupo desde desastres com impactos imediatos, como tornados, a desastres de impacto prolongado, como aqueles em que há exposição a substâncias tóxicas (ESPÍNDOLA; NODARI, 2011).

No Brasil e no mundo, desastres envolvendo a poluição dos mares, rios e estuários por substâncias tóxicas são rotineiros. Os atuais desastres ocorridos no estado de Minas Gerais, nos municípios de Mariana e Brumadinho, demonstram a importância de discutir publicamente os impactos ambientais, o dever de investigar e tutelar as ações dos responsáveis e envolvidos, com o objetivo de promover o debate para que tais eventos não caiam no esquecimento e, sobretudo, que as comunidades de pescadores e extrativistas que dependem do mar, dos rios e dos ambientes afetados, sejam ouvidas e verdadeiramente compensadas. Indo ao encontro dessa reflexão e, passados mais de dez anos do desastre do navio *Vicuña*, as medidas veiculadas nos documentos escritos e em notícias de jornais descrevem os pescadores atingidos em fator de conflitos e negociações, não abordando sobre os impactos de longo prazo que o desastre assim provocou. O presente trabalho busca analisar as diferentes versões construídas em torno do desastre ambiental do navio *Vicuña*. Através de entrevistas realizadas com pescadoras e pescadores de Amparo, entre os anos de 2011-2014, busca-se evidenciar as memórias dos indivíduos que vivenciaram o desastre em questão.

Para fundamentar o trabalho, algumas proposições teórico-metodológicas foram fundamentais. A metodologia da história oral permitiu privilegiar as lembranças dos pescadores e assim, problematizar questões não contempladas nos documentos escritos. A história oral, como define Paul Thompson (2002, p. 9), é a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências. Para Thompson (2002, p. 17), a pesquisa em história oral tem a potencialidade de demonstrar as vozes ocultas e de nos propiciar acesso às experiências daqueles que vivem às margens. Para Phillipe Joutard (2000, pp. 32-34, grifo do autor), um dos desafios da história oral na contemporaneidade é o de respeitar e ouvir a voz dos excluídos e esquecidos; trazer à luz as realidades “indescritíveis” e testemunhar as situações de extremo abandono.

As entrevistas foram realizadas em dois momentos diferentes. Durante o trabalho de conclusão de curso optou-se pela realização de entrevistas temáticas com foco na lembrança do desastre e nas medidas ocorridas durante o período de paralisação da pesca. Contudo, a análise das entrevistas demonstrou que para compreender os

impactos que o desastre provocou seria também necessário compreender melhor a trajetória dos entrevistados(as). Desse modo, entre os anos de 2013-2014, como parte da pesquisa de mestrado, foi elaborada uma segunda rodada de entrevistas na qual privilegiou-se as histórias de vida (FIGUEIRA, 2014). A possibilidade de realizar as entrevistas novamente, permitiu conhecer melhor as interações dos entrevistados com o espaço e de problematizar os impactos ambientais de longo prazo. Durante esse percurso, optou-se também por entrevistar pescadores(as) ativos, ou seja, que exerciam a pesca e estariam registrados nas Colônias de Pescadores, como os aposentados e sem registro de pesca, ou seja, pesqueiros que não possuíam registro na Colônia, mas que pescavam para complementar a alimentação. O roteiro enfatizou as seguintes questões: Quando começou a pescar? Com quem aprendeu a pescar? Como realiza a sua atividade? Onde costuma praticar a pesca e quais os tipos de pescados capturados? Em relação ao desastre, as questões enfatizadas no roteiro foram: Como você se lembra do acidente do navio *Vicuña*? Houve medidas emergenciais durante o período de paralisação da pesca? Como o desastre em questão provocou mudanças na sua atividade?²

Em conjunto a metodologia da história oral, o debate teórico em torno da noção de memória foi outro aspecto fundamental. Bergson (1999, pp. 88-89), distingue dois tipos de memória, uma delas registraria imagens-lembranças e a outra, seria uma memória voltada à ação. A memória do corpo, constituída pelo conjunto dos sistemas sensórios-motores que o hábito organizou, é, portanto, uma memória quase instantânea à qual a verdadeira memória do passado serve de base. Em outras palavras, é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde e é dos elementos sensório-motores que a lembrança retira o calor que lhe confere a vida. Estes dois tipos de memória se fundiriam intimamente (BERGSON, 1999, pp. 176-179).

Maurice Halbwachs (2006, pp. 30-33), afirma que nossas lembranças são coletivas e devem ter algum significado para nos lembrarmos. Para Halbwachs (2006, p. 29), recorreremos a testemunhos de outras pessoas para reforçar, enfraquecer ou completar o que sabemos de um evento. Se por um lado Halbwachs trouxe contribuições para entender as relações entre a memória coletiva e a individual, por outro, obscureceu a imposição ou manipulação que a memória coletiva poderia impor sobre as memórias das minorias (POLLAK, 1989, p. 3). Na análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância das memórias subterrâneas que como parte integrante das culturas minoritárias opõe-se à memória oficial (POLLAK, 1989, pp.

² Além das questões mencionadas no artigo, o roteiro original do trabalho privilegiou outras questões e objetivos. Ver em: (FIGUEIRA, 2014).

3-4). Os pressupostos teórico-metodológicos apontados foram importantes para problematizar a construção da memória institucional do desastre e a construção das lembranças dos entrevistados(as).

O artigo será dividido em quatro momentos. No primeiro momento, o objetivo é apresentar a localidade estudada e as trajetórias dos pescadores. No segundo momento, o intento é apresentar as principais informações encontradas nos documentos escritos, dentre os quais, o Laudo Técnico do Navio *Vicuña*, documentos não publicados (atas das reuniões e memória de reunião com lideranças dos pescadores) e notícias de jornais. No terceiro momento, evidencia-se as lembranças dos em torno do desastre ambiental e, problematiza-se a construção dos documentos escritos e das lembranças. Por fim, apresenta-se as considerações finais do trabalho.

Amparo a quem naufragar

Quando um pescador ou navegante caía no mar, havia um lugar, uma ilha na qual podia-se avistar pedras que serviam de amparo, pedras nas quais os naufragos e pescadores à deriva podiam permanecer a salvo do mar. A Ilha do Amparo, como é popularmente conhecida, está localizada no município de Paranaguá, no litoral do estado do Paraná. Apesar de popularmente ser chamada de ilha, na verdade, ela está em um espaço de continente que abrange a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba - (APA de Guaraqueçaba). A localidade pode ser acessada somente por via marítima e fica a cerca de trinta minutos da cidade de Paranaguá. Cabe destacar que Amparo fica de frente para Porto Dom Pedro II, que atualmente é um dos maiores portos exportadores de grãos da América do Sul.

Um dos primeiros trabalhos acadêmicos a pesquisar a localidade de Amparo foi a dissertação de Marília de Carvalho Kraemer. Em 1978, a autora analisou as condições de vida dos pescadores e observou uma mudança nas relações sociais e no modo de vida dos moradores em razão da proximidade com a cidade de Paranaguá (KRAEMER, 1983, p. 64). A autora aponta que por volta da década de 1940, famílias que moravam próximas ao Rio Buquera, nos contrafortes da Serra do Mar, se mudaram para Amparo dando origem a comunidade (KRAEMER, 1983, p. 64). José Milton Andriguetto na sua tese também observou a característica da migração nas comunidades de pescadores-lavradores do Litoral do Paraná. Andriguetto (1999, p. 83), identificou quatro tipos de migração. A emigração permanente, na qual o pescador abandonava o lugar de origem para buscar outra fonte de renda no meio urbano; a migração sazonal não pesqueira, na qual o

pescador se deslocava para a cidade, para exercer atividades não pesqueiras; a migração sazonal pesqueira, na qual o pescador passava parte do ano fora de sua vila para exercer uma atividade de pesca em outro lugar e, a migração de proximidade permanente, quando o pescador apenas trocava de vila, mas continuava a exercer a pesca (ANDRIGUETTO, 1999, p. 83-84). A migração é uma característica presente nas trajetórias dos moradores que residem atualmente em Amparo. Em concordância com Kraemer (1983) e Andriguetto (1999), observou-se o caso de famílias de tradição de lavradores que se estabeleceram na localidade para exercer a pesca; famílias que se estabeleceram em Amparo devido à proximidade com a cidade de Paranaguá, famílias que combinavam as atividades de lavoura e pesca nas vilas de origem e que após migrar para Amparo, continuaram a exercer as mesmas atividades.

No contexto atual, a pesca é a principal atividade econômica exercida pelos moradores, no entanto, os entrevistados mencionam que no passado, também exerciam a agricultura de subsistência. Nazira Rosa, ou Zica, apelido pelo qual é conhecida em Amparo, nasceu no ano de 1941, em Taquanduva, localizada no município de Guaraqueçaba. Por volta da década de 1960, ela se casou e mudou-se para Amparo. Ao narrar suas lembranças de quando começou a pescar, lembra-se que começou a trabalhar na roça desde muito pequena:

Quando começou a pescar?

Eu pesco desde que trabalhei na roça, trabalhamos até se aposentar, desde que casei com ele. Me casei com 19 anos, tive família e tive filho depois de um ano de casada. Depois, eu tive um menino meu mais velho que mora lá no Rocio. Depois nós fomos pescando assim, quando eu não ia para a roça, eu ia pescar com ele. Eu mais pescava do que trabalhava na roça. Na roça era gostoso de trabalhar, mas eu ia sozinha né. Depois, uma comadre minha do Valadares veio trabalhar comigo na roça, Ah meu Deus, aí sim, eu trabalhei muito, porque daí nós fazia até farinha, porque nós tínhamos mandioca, fazia de saco de farinha. Daí depois vendia farinha também, eu vendia para o pessoal que vinha buscar em casa e levava para vender no negócio [...] Eu gostava de trabalhar na roça, fazia tempo, desde menina. Lá no sítio que eu morava com minha mãe era assim, morava num lugar próximo do Itaqui, morava lá no Taquanduva. Com mamãe eu plantava batata, plantava feijão, plantava de tudo. [...] Aprendi de tudo na pesca, camarão meu marido caçava comigo e eu também aprendi a caçar. Ele me ensinava [...] peixe nós pescávamos tudo que é tipo de peixe, era gueri grande. De tarrafa, quando eu ia com ele lá para um rio, eu ia com ele para lá pescar meu Deus, trazia a tarrafa cheia assim de peixarada na canoa. Era assim nossa pescaria, nos pescava também de linha, até um dia depois que ele morreu, eu tinha uma canoa e fui, peguei a linha, um camarãozinho e fui pescar lá no rio, fui lá guria, parece uma coisa. Fui devagarzinho, cheguei lá e sentei, peguei um monte de peixinho, tudo peixinho grande (Nazira Rosa, entrevista, 30 jan. 2013)³.

³ Todos os depoimentos presentes neste artigo foram concedidos à autora deste trabalho durante as pesquisas de monografia e dissertação. A realização das entrevistas teve como objetivo evidenciar as lembranças de pescadores(as) que vivenciaram o desastre do Navio *Vicuña*. Todas as entrevistas foram realizadas na localidade de Amparo, na cidade de Paranaguá, no estado do Paraná. Ver em: FIGUEIRA (2014) e FIGUEIRA (2011).

Entre o mar e o mato consegue-se compreender o modo de vida de Nazira e de seus familiares. Algo que ela delimita em sua narrativa é que desde a sua infância trabalhava na roça. Depois de casada, já residindo em Amparo, continuou a praticar a lavoura. No relato de outros pescadores de Amparo, também encontramos essa relação. O pescador Mariano Lourenço nasceu no ano de 1959, em Amparo, Paranaguá. Mariano vem de uma família de pescadores-lavradores e atualmente tem mais três irmãos que pescam na família:

O pescador é um sobrevivente né, ele trabalha para sobreviver, para ganhar o pão, para se alimentar. Claro, acorda cedo e vai trabalhar, sai para o mar, trabalha e volta. Essa é a rotina do pescador, só não trabalha dia de chuva forte e vento muito forte, mas durante o dia não tem feriado, trabalha para ganhar o sustento [...] O meu pai primeiro ele me ensinou a fazer a rede, depois ensinou a pescar de linha, pescar de espinhel e daí em diante, daí a gente foi aprendendo já com a convivência da vida [...] Meu pai trabalhava na pesca como na lavoura né, duas atividades, lavoura e pesca. Eles lavoravam também, plantavam mandioca, plantavam arroz e o mais que eles plantavam era a mandioca e o arroz, os legumes também, cará, aipim, taiá vários legumes que eles plantavam (Mariano Rodrigues Lourenço, entrevista, 16 fev. 2013).

José Paulo Honório Silva nasceu no ano de 1960, no município de Araranguá, no estado de Santa Catarina. Mudou-se para a Ilha de Eufrasina, localizada em Paranaguá, com nove anos de idade:

Quando eu cheguei de Santa Catarina, eu tinha nove anos, aí comecei a trabalhar assim na lavoura, assim desde os nove anos mais ou menos, até uns 15 anos de idade. Depois de 15 anos pra frente eu comecei na pesca, a trabalhar na pesca mesmo, direto. [...] O pescador como muita pessoa ele tem é curiosidade, a pessoa, que a pessoa já vai viver daquilo, a pessoa não tem outro ramo para viver, a pessoa vai aprender com os mais velhos que estão pescando, [...] A minha natureza já foi mais de criação no mundo da pesca. Eu pescava ali no Itimirim, Piaçaguera, tudo essa região aqui da costa, daqui de Piaçaguera para cima, até Eufrasina eu pescava. Matava a pescada na época de reprodução dela que era novembro, começava em novembro, comecei de novembro, até outubro. Nós caçeiava pescada que era a safra dela [...] Aqui tem peixe de várias marcas, tem pescada, tem pescadinha, tem robalo, tem garoupa, tem tudo que é peixe, tainha, parati, saguá, linguado, tudo quanto é peixe (José Paulo Honório Silva, entrevista, 28 set. 2011)⁴.

Nas narrativas conseguiu-se compreender as relações com a terra através das lembranças do trabalho nas roças. Alguns resquícios dessa relação podem ser observados em moradores que cultivam em seus próprios quintais árvores frutíferas, tais

⁴ A palavra caçeiava mencionada pelo entrevistado, se refere à técnica de pesca chamado caçei. O caçei é uma técnica que consiste em deixar uma rede de emalho com boias e chumbos à deriva, presas ou não à embarcação.

como, pés de mamão, banana, laranja e jambo. Na terra, aprenderam a cultivar frutas, legumes e tubérculos adaptáveis ao solo da mata, a conhecer e utilizar plantas medicinais. No mar, através do conhecimento aprendido com familiares e pescadores mais experientes, aprenderam a observar o movimento das marés, a direção dos ventos, os locais onde determinadas espécies de peixes se reproduzem e os perigos que envolvem a profissão. As espécies de pescado mais capturadas são a pescada, camarão, pescadinha, parati, garoupa, tainha, robalo, salteira, linguado, prejerava, cascudo, sardinha, baiacu, coruvina, gueri, raia, bagre, badejo. Ostras, bacucus, siris e caranguejos coletados nos manguezais e encostas também ajudam na complementação da renda das famílias. O pesquisador José Milton Andriguetto realizou um calendário das principais espécies de peixes capturadas nas vilas de Piaçaguera e Amparo. O autor demonstrou que a captura das espécies robalão flecha, salteira e pescada amarela ocorrem entre os meses de dezembro a março, a prejerava é capturada entre dezembro a janeiro, o parati capturado o ano inteiro, a pescada branca entre os meses de maio a outubro, o gueri de junho a outubro, o linguado de maio a agosto, o robalinho de junho a agosto, a pescadinha membeca de junho a agosto (ANDRIGUETTO, 1999). De acordo com Andriguetto (1999, p. 146), os meses de março, abril e setembro apresentam os pescados de menor valor econômico.

Os pescados capturados encontram-se na Baía de Paranaguá, no Litoral do Paraná. A Baía de Paranaguá faz parte do complexo estuarino lagunar Iguape-Cananeia-Paranaguá que possui grande diversidade de ecossistemas. Estuário é uma massa de água costeira semifechada que possui ligação livre com o mar aberto. Dentro dele a água marinha se mistura com a água doce oriunda das áreas terrestres, como uma foz de rio, um alagado, ou de massas de água atrás das restingas. Os estuários são locais de criação para espécies importantes de mariscos, peixes e crustáceos utilizados na alimentação. Ostras e caranguejos comestíveis permanecem nos estuários durante todo o seu ciclo vital e vários tipos de camarões e peixes de alto mar passam parte de seu ciclo neles (ODUM, 1988, pp. 370-380).

Para os pescadores, o mar configura-se como espaço envolto de significados, tais como, vida, lugar de reprodução dos peixes, lugar de perigo, lugar aonde se obtém o sustento diário. O pescador Gilberto Gonçalves do Rosário destaca que no mar é que conseguiu criar seus filhos: “No mar é que eu criei meus filhos, minha vida é no mar” (Gilberto Gonçalves do Rosário, entrevista, 26 jan. 2014). De acordo com Simone Maldonado (1993, p. 35), muitos estudos que incorporam a percepção e organização do espaço deixaram escapar uma de suas expressões mais vivazes, ou seja, a da territorialidade. Territorialidade pode ser entendida como os processos e mecanismos

pelos quais os grupos estabelecem, mantêm e defendem o usufruto de espaços interessantes. A territorialidade se desenvolve através do tempo, passando de uma geração a outra nos processos de socialização e transmissão da tradição. É uma relevante dimensão da capacidade humana de conferir significado simbólico ao espaço. Os seres humanos interpretam e compreendem a si mesmos e aos outros na interação social. O tempo e o espaço lhe servem como pré-concepções para pensar a natureza e as relações em que entrará com outros indivíduos neste mesmo processo. É nos modos como movimentam-se, articulam-se e situam-se em termos espaciais e temporais que os homens se distanciam e se aproximam, pertencem e se excluem (MALDONADO, 1993, p. 36).

As noções e significados presentes nas histórias de vida dos pescadores(as) são fundamentais para entender o modo como eles lembram-se do desastre do navio *Vicuña*. A seguir, analisam-se documentos e notícias de jornais publicados no contexto do desastre.

O desastre nos documentos oficiais

Em 15 de novembro de 2004, ocorria na cidade de Paranaguá a festa de Nossa Senhora do Rocio. Naquela data, como de rotina, o Porto Dom Pedro II funcionava normalmente. Por volta das 19h45 min, duas explosões ocorreram no navio chileno *Vicuña* que estava descarregando metanol no terminal de inflamáveis da Cattalini Terminais Marítimos. Momentos após a explosão foram avistados fogo sobre o navio que estava ao mar. O metanol, espalhado num raio aproximado de trezentos metros a partir do navio, incendiou e permaneceu queimando por várias horas. Apesar de o metanol ser o produto existente em maior quantidade no navio, foram os óleos combustíveis e lubrificantes de dentro dos motores os principais causadores dos impactos ambientais (LAUDO TÉCNICO, 2005, pp. 1-2).

As atas das reuniões realizadas nos dias 15, 16, 17 e 19 de novembro de 2004, trazem a discussão e tomada das decisões emergenciais. Das reuniões também foi divulgado o *Pre Release*, documento com as principais informações a serem repassadas à imprensa, dentre as quais, como reiterou o superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – (APPA)⁵, Roberto Requião, “a de que o acidente não

⁵ A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - (APPA) foi criada pelo Governo do Estado do Paraná em 1947. No ano de 2014, o estado do Paraná através da Lei n.º 17.895, de 27 de dezembro de 2013, regulamentada pelo Decreto n.º 11.562/14, transformou a Appa de autarquia para empresa pública. Atualmente, a empresa pública é responsável por gerir os portos paranaenses através do Convênio de

aconteceu no Porto de Paranaguá, mas num terminal privado e que deveriam ser imputadas responsabilidades aos culpados pelo acidente” (ATAS DAS REUNIÕES, 15 e 16 nov. 2004). Outros pontos discutidos nas atas eram as ações de contenção das manchas de óleo, combate ao incêndio, colocação de barreiras no local onde os destroços do navio estavam e a elaboração da instrução normativa que proibiu a pesca por um período de sessenta dias (ATAS DAS REUNIÕES, 2004).

No dia 16 de novembro, a notícia do desastre ganhou repercussão nacional. Dentre as notícias destacam-se as publicadas nos jornais Folha do Litoral, O Estado do Paraná e Folha de São Paulo. O jornal Folha do Litoral (2004, p. 4), destacava informações da quantidade de combustível que o navio estava carregando, a quantidade que estava no navio durante a explosão e comentários de autoridades. O jornal Estado do Paraná (2004), trazia o comentário do superintendente da APPA, Roberto Requião, que enfatizava que o acidente nada tinha a ver com o porto, por ter ocorrido em um cais privado. A Folha de São Paulo (2004), destacava informações sobre as mortes e a quantidade de metanol envolvido na explosão. O jornal reiterava que “a explosão ocorreu no píer da Cattalini Terminais Marítimos, que é privado e não sofre ingerência direta da APPA, controlada pelo governo do Estado” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004).

Em 30 de novembro de 2004, duas semanas após o ocorrido, pescadores e lideranças de comunidades pesqueiras organizaram uma manifestação em frente da empresa Cattalini. Após a ação, foram realizadas duas reuniões com representantes de pescadores, advogados das empresas envolvidas no desastre e representantes da APPA. Essas reuniões foram transcritas no documento memória de reunião. Na reunião do dia 30 de novembro de 2004, o advogado da seguradora P&I⁶ afirmou que cobriria as despesas das comunidades pesqueiras atingidas, propondo inicialmente, o pagamento de meio salário mínimo e de cestas básicas aos pescadores. No documento foram transcritas as declarações dos representantes dos pescadores e das autoridades. Na ocasião, diversos dos representantes dos pescadores ressaltaram que as comunidades atingidas estavam passando por grandes privações (MEMÓRIA DE REUNIÃO, 30/11/2004). O advogado dos pescadores lembrou que além do acidente do *Vicuña*, outros já haviam ocorrido e os pescadores sempre estavam sofrendo. O representante do Mercado de peixes afirmou que os comerciantes se encontravam numa situação precária, pois ninguém estava comprando o pescado e sugeriu que a imprensa deveria

Delegação nº. 037/2001, celebrado em 11 de dezembro de 2001 entre o estado do Paraná e a União com validade de 25 anos, que vigorará até 1º janeiro de 2027, com possibilidade de prorrogação. Ver em: (ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, 2018).

⁶ Cooperativa de armadores que auxilia seus associados sempre que estes têm algum problema cujo risco não é coberto pelo seu segurador.

colaborar com notícias mais positivas. Finalizou sua declaração perguntando se era certo um filho de pescador passar fome (MEMÓRIA DE REUNIÃO, 30/11/2004). Outro ponto discutido no documento deu-se em torno da contratação de pessoas para trabalhar nas atividades de limpeza e colocação de barreiras durante as operações de contenção da mancha de óleo:

O Major Pombo alertou para o fato de que todos devemos ser mais práticos. Disse que a entrega de cestas básicas está acontecendo por conta dos cadastros já existentes nas Colônias de Pescadores[...] Existem pessoas trabalhando na limpeza, outras alugando embarcações, as cestas foram duplicadas e pesam 50 kg, custando cada uma R\$ 129,66. O cadastro existente mostra que existem, aproximadamente, 4445 pescadores cadastrados (1110 em Guaraqueçaba e 975 em Antonina). Por que então não se pede ao Governador que encaminhe um ofício a COPEL, e Companhia de água para que as contas sejam abonadas? [...] Um representante da P&I disse que tem plena convicção de que o navio não tem culpa. Disse que conversaram com a Cattalini, mas esta não está ajudando nas medidas para auxiliar as comunidades e nem para ajudar a mitigar os impactos, por isso achou saudável a manifestação. Disse que os pescadores precisam ser compensados e não humilhados e acha que a Cattalini deveria estar presente nessa reunião (MEMÓRIA DE REUNIÃO, 30/11/2004).

Na segunda reunião, o processo de negociação foi mediado entre o advogado dos pescadores e o advogado da seguradora P&I. Em vários trechos do documento, o advogado da seguradora deixou subentendido que pagaria meio salário mínimo aos pescadores se estes não entrassem com ações contra a empresa. A seguradora e a empresa Cattalini declararam que iriam pagar um salário mínimo emergencial e que distribuiriam cestas básicas aos pescadores cadastrados nas Colônias. O Secretário de Pesca, que também estava presente na reunião, reiterou que seria pago um seguro desemprego emergencial que beneficiaria os pescadores com menos de seis meses de carteira e os pescadores de mar aberto (MEMÓRIA DE REUNIÃO, 01/12/2004).

Em maio de 2005 foi publicado o Laudo Técnico do acidente do navio *Vicuña*. De acordo com Laudo Técnico (2005, p. 53), os danos ambientais decorrentes do acidente aconteceram em dois momentos. O primeiro, no momento da explosão, quando ocorreu o vazamento da carga de metanol do navio, e o segundo, durante o derramamento dos óleos diversos contidos no navio (bunker, diesel, lubrificantes), ocorrido a partir da explosão com o rompimento de alguns tanques. Esses vazamentos representaram aporte significativo de material contaminante com impactos de médios e longos prazos. Foram diretamente afetadas pelo acidente trinta e seis comunidades do município de Paranaguá, Guaraqueçaba e Pontal do Paraná (LAUDO TÉCNICO, 2005, p. 54). Em relação ao documento é interessante observar a seção efeitos na pesca e conflitos sociais. Nessa seção, são descritos os conflitos em decorrência da Instrução Normativa que proibiu a

pesca e as negociações entre os pescadores e as empresas envolvidas no desastre. O Laudo reitera que houve a necessidade de pagamento de seguro desemprego por parte do Ministério de Trabalho e de fornecimento de cestas básicas para o atendimento emergencial dos pescadores atingidos. No entanto, o fato de os pescadores não poderem exercer sua atividade econômica trouxe uma série de conflitos que essas alternativas emergenciais não puderam satisfazer (LAUDO TÉCNICO, 2005, p. 55). Nem todas as famílias receberam cestas básicas, pois foi uma estratégia para atender somente os pescadores ativos. Em relação ao pagamento de um salário mínimo emergencial, somente a Cattalini pagou, pois como os pescadores entraram na justiça contra o P&I Club, este se viu impedido de efetuar os pagamentos até a retirada das ações ajuizadas (LAUDO TÉCNICO, 2005, p. 55).

Nas conclusões, o Laudo Técnico afirma que o acidente ocasionou impactos de curto, médio e longo prazo, ainda a serem dimensionados, “tarefa que exigirá estudos complementares em longo prazo” (LAUDO TÉCNICO, 2005, p. 65).

As lembranças do desastre

Ah, no dia do acidente foi uma noite né, numa noite e o pessoal ficou um pouco assustado pela explosão do navio e depois da explosão, prejudicou um pouco a pesca do pescador. Daí o pescador parou, não pescou por um tempo determinado e nós sofremos com o acidente também [...] Diferenciou bastante, porque o óleo é um produto que ele mata, não mata só peixe, como mata os moluscos, a ostra, o bacucu, o siri, tudo as criações do mar ele prejudica, ele mata, aniquila com a poluição do óleo. Tinha mais produção, porque o mar é limpo e os peixes e os moluscos eles sobrevivem melhor no meio ambiente, porque o mar é uma coisa que tudo que ele traz recolhe, não só o óleo, mas tudo que joga na água o mar acolhe e aquilo ali vai prejudicando os peixes e os moluscos. Esse impacto aí que ficou pra nós diferenciou bastante. [...] tinha a salteira, tinha a prejerava, a pescada, tinha o baderno e tudo diminuiu bastante (Mariano Rodrigues Lourenço, entrevista, 28 set. 2011).

A narrativa acima pertence ao pescador Mariano Lourenço. Mariano descreve inicialmente, o susto provocado pela explosão, o período de proibição da pesca e, sobretudo, como os pescadores sofreram com os impactos do desastre. Sua lembrança permite explorar o vivido, algo tratado de maneira distanciada nos documentos oficiais do desastre do navio *Vicuña*. A primeira pergunta do roteiro questionava aos entrevistados(as) como eles se lembravam do acidente:

Como você se lembra do acidente do navio *Vicuña*?

Olha aquele, aquele quando explodiu nós estávamos assistindo assim em casa, parece que era uma novela das seis, não sei e foi na boquinha da noite. Aí nós escutamos aquele barulho, foi um grande barulho, daqui a pouco veio outro estalo. Nós saímos para fora para ver, deu outro estouro, chegou até a dar uma

tremida aqui. Nós só olhamos para lá, estava aquele fogo. Aquilo foi um desastre, o óleo foi demais e um óleo preto assim, um óleo queimado. Meu pai do céu, a rede, quem tinha rede e tarrafa assim que deixou na água, perdeu. Olha Deus o livre, todo mundo ficou com medo, porque se o vento fosse de lá para cá, da cidade para cá é até perigoso o fogo, foi muito feio demais. E morreu muito peixe, porque muita gente tinha salvado até garoupa, dessas garoupas mortas com o espinhaço pra fora. [...] Aqui no Amparo eu digo, porque isso aí pra limpar mesmo, isso aí não limpa, porque até hoje se pegar uma enxada e cavoucar já começam a sair o óleo de baixo da areia. Aquilo ali nunca se seca, aquilo fica sempre úmido, já que a água enxuga o óleo. Até esses tempos tinha marca ali no trapiche ainda. Foi muito feio demais, meu Deus (José Paulo Honório Silva, entrevista, 28 set. 2011).

José Silva descreve os barulhos, tremores, o pânico e lembra-se da imagem do fogo, do óleo preto e queimado, de um óleo cujos vestígios ainda podem ser encontrados. José utiliza a palavra desastre para descrever o que viveu. A pescadora Maria do Rosário também ressalta em sua narrativa o barulho da explosão, as imagens da fumaça e logo depois relata que o peixe parou:

Como você se lembra do acidente do navio *Vicuña*?

Nós vimos aqui, deu aquele negócio de estouro, depois veio aquela fumaceira que pegou o Rocio inteiro lá, ficamos com medo daquilo ali. Invadiu tudo o óleo aqui também e foi bem perto, na frente do Rocio. Fiquei com medo, meu Deus do céu vai acontecer alguma coisa né com esse negócio da Petrobrás. Aconteceu que o peixe parou e que não podemos pescar mais, vinha esse dinheiro que era pra vim pra nós e até agora não apareceu. O peixe parou, morria peixe por tudo por aí atravessado pela praia (Maria Santos do Rosário, entrevista, 20 jan. 2014).

As lembranças dos pescadores não trazem a data ou horário exato no qual o desastre ocorreu. As suas primeiras referências remetem ao que estavam fazendo no momento da explosão e em seguida, tentam descrever a percepção do barulho, das explosões, da imagem do fogo no Porto de Paranaguá, da fumaça e do óleo que contaminou e atingiu a costa de Amparo. De acordo com Michael Pollak (1989, p. 11), nas lembranças mais próximas, aquelas em que guarda-se recordações pessoais, os pontos de referência geralmente são de ordem sensorial: o barulho, o cheiro, as cores. Outro fator observado, foram as entonações nas falas e as expressões faciais e corporais dos entrevistados(as) quando lembravam do desastre. Henri Bergson (1999, p. 263), reiterou que se tratando da lembrança, o corpo conserva hábitos motores capazes de desempenhar de novo o passado, tais quais as atitudes em que o passado irá se inserir, ou ainda, a repetição de certos fenômenos cerebrais que prolongam antigas percepções. Esse aspecto irá fornecer à lembrança um ponto de ligação com o presente, um meio de reconquistar na realidade presente uma influência perdida (BERGSON, 1999, p. 264). Talvez por isso, as pessoas troquem de expressão diante de uma lembrança triste e

traumática, aumentem o tom de voz, tente reproduzir os gestos, ou mesmo, fiquem em silêncio diante de determinadas lembranças. Acredita-se que tais dados são importantes, pois foram observadas variações nas falas e nas expressões faciais e corporais dos pescadores quando se questionava a respeito da lembrança do desastre.

Outra questão contemplada no roteiro de entrevistas foi sobre o período de paralisação da pesca. Nesse momento, a realização de entrevistas com os pescadores considerados ativos e os considerados não ativos, utilizando dos termos presentes no Laudo Técnico, foi importante para problematizar as medidas emergenciais. O pescador Josias Mendes do Rosário estava aposentado quando o desastre aconteceu:

Eles vieram aqui né, vieram, passou no jornal, na rádio tudo né, aí parou a pesca um mês e deram uma cesta básica também para o pessoal, eu não peguei [...] Ah, eles chamaram o pessoal na Colônia lá e fizeram, tiraram Xerox dos documentos e fizeram para receber dinheiro, mas até agora, sai de pouquinho né, que dizer já pagaram um pouco já pagaram, mas não tá saindo tudo de uma vez, já faz uns quatro cinco ano já, mais. O óleo é uma coisa que cai na água mata qualquer coisa né, o óleo do navio, do tanque do navio não é nada, o ruim é o óleo de dentro dos motores né, o preto, o óleo preto que não pode deixar uma embarcação ali, a canoa que nem aquele ali branco se vem o óleo preto ali o já fica ruim, já mancha tudo a canoa (Josias Mendes do Rosário, entrevista, 28 set. 2011).

Gilberto Gonçalves do Rosário lembra-se que entre as medidas emergenciais houve a entrega de cestas básicas e a contratação de pescadores com embarcações para trabalhar na colocação de barreiras:

Teve ajuda, eles deram cesta básica, a maioria também tinha uma quixerinha guardada que foram mantendo. E nós também ajudamos muito, porque pegaram o pescador para trabalhar lá né, maioria, eu não, porque eu estava aposentado, mas quem tinha embarcação lá ganhou, porque eles pegaram para ficar lá (Gilberto Gonçalves do Rosário, entrevista, 26 jan. 2014).

As medidas emergenciais, ou seja, a entrega de cestas básicas, o pagamento de um salário emergencial e o recebimento do seguro desemprego, excluíram todos os pescadores aposentados e aqueles que não estavam registrados nas Colônias de Pescadores. Em relação aos pescadores considerados ativos, o pescador José Silva lembra que houve a contratação de pescadores para realizar pequenos serviços como a colocação de barreiras e a limpeza das praias atingidas:

Olha eu acho, que eu me lembre mesmo, foi que mandaram o povo pro mar para um servicinho que até foi Maíco aqui que era o presidente, que nós estava sem ganha nada aí que arrumo, que daí arrumou um servicinho pra turma trabalharem lá. Estavam pagando pra por as proteções, pra não passar óleo, vazou o óleo. Depois de uma semana, uma semana quase que vieram com uma

cesta básica pra dar pro pescador [...] (José Paulo Honório Silva, entrevista, 28 set. 2011).

O pescador Mariano Lourenço lembra que a empresa Cattalini mandou uma cesta básica e que os pescadores trabalharam um mês nas atividades de coleta de óleo para as empresas:

Foi um impacto bem prejudicial ao pescador. Foi determinado os dias, no mínimo um mês, um mês e meio por aí [...]. A Cattalini especialmente nos mandou uma cesta básica e nós trabalhamos aí um mês na coleta do óleo, porque o óleo encostou muito aqui na costa, não só aqui em Amparo mais em todas as ilhas, encostou e trabalhamos pra Petrobras e pra Cattalini um mês só. [...] teve alguns peixes mortos e ficou tudo, foi tudo sempre um lado ruim pro pescador. O pescador como eu já citei, ficou uns dias parado e morreu muitos peixes também na explosão. No momento minimiza um pouco, porque o pescador trabalha hoje para comer a tarde né, de manhã, para comer a tarde então minimiza, mas na produção do pescado diminui bastante, porque o óleo é um produto que acaba né que mata que aniquila. (Mariano Rodrigues Lourenço, entrevista, 28 set. 2011).

Correlacionando as narrativas aos documentos escritos tornou-se possível explorar alguns pontos importantes relativos ao período de paralisação e aos conflitos envolvendo as medidas emergenciais. Cabe lembrar que o documento memória de reunião traz o processo de negociação entre representantes de pescadores e autoridades (MEMÓRIA DE REUNIÃO, 01/12/2004). Conflitos e negociações são também os principais temas ressaltados no Laudo Técnico. Reiterando que o Laudo Técnico (2005, pp. 55-56), afirma que as medidas emergenciais foram pensadas para atender os pescadores ativos, considerando que os aposentados e outros profissionais continuariam recebendo seus salários normalmente. O pescador aposentado Josias Mendes do Rosário lembra-se que observou a entrega de cestas básicas, contudo afirma que ele não recebeu (Josias Mendes do Rosário, entrevista, 28 set. 2011). Gilberto Gonçalves do Rosário lembra-se da contratação dos pescadores e afirma que ele não trabalhou, pois estava aposentado. Gilberto relata que muitas famílias utilizaram de suas próprias economias para se manter durante o período de paralisação, ou em suas palavras, “uma quixerinha guardada que foram mantendo” (Gilberto Gonçalves do Rosário, entrevista, 26 jan. 2014). As lembranças dos entrevistados demonstram que os pescadores aposentados passaram por grandes privações, sobretudo, que foram excluídos das medidas emergenciais. Cabe destacar que mesmo aposentados, esses indivíduos utilizam o valor da aposentadoria para pagar contas, medicamentos, consultas médicas e, mesmo assim, foram excluídos, com o agravante de que dependem do pescado obtido diariamente para se alimentar.

Cabe mencionar também que além dos aposentados, os pescadores sem cadastro nas Colônias também foram excluídos e ignorados, pois não receberam nenhum dos auxílios durante todo o período de paralisação.

Em relação aos pescadores considerados ativos, o pescador José Silva lembra que “chamaram o povo para o mar para um servicinho”, referindo-se à contratação de pescadores para trabalhar nas atividades de limpeza e contenção e menciona, que o presidente da Associação de Pescadores arrumou o referido serviço (José Paulo Honório Silva, entrevista, 28 set. 2011). Identificou-se no documento memória das reuniões que o representante de Amparo, Osmair, também conhecido como Maíco, participou da reunião representando a comunidade. No documento, o representante de Amparo apresentou as principais privações passadas pelas famílias, destacou a falta de auxílio e mencionou que a contaminação afetou o cultivo de ostras da sua comunidade (MEMÓRIA DE REUNIÃO, 30/11/2004). Como apontado anteriormente, foi necessária uma manifestação para que as autoridades dialogassem com os pescadores. Durante a reunião, os representantes das comunidades pesqueiras solicitaram que a contratação de trabalhadores priorizasse os pescadores afetados (MEMÓRIA DE REUNIÃO, 30/11/2004). Nesse ponto, a narrativa do pescador José Silva remete a participação do representante local no processo de negociação, levando em consideração também, que a contratação dos pescadores só passou a ocorrer após a manifestação pública.

Outro ponto para destacar é que os pescadores contratados no contexto da paralisação não tiveram direito ao seguro desemprego emergencial (LAUDO TÉCNICO, 2005, p. 56). O que leva a refletir que, em virtude das privações, muitos pescadores aceitaram a contratação temporária. Nesse sentido, uma pergunta extremamente importante para se refletir é: Até que ponto as medidas emergenciais compensaram os pescadores? Em nenhum momento as autoridades e empresas responsabilizadas debateram ou refletiram sobre tal questão. Mesmo assim, fica evidente que para os pescadores afetados, particularmente, para os entrevistados(as) nesse trabalho que o desastre não foi compensado. O pescador Mariano lembra-se que no contexto do desastre as medidas ajudaram a minimizar: “No momento minimiza um pouco, porque o pescador trabalha hoje para comer a tarde [...] mas na produção do pescado diminui bastante” (Mariano Rodrigues Lourenço, entrevista, 28 set. 2011). Sua lembrança permite pensar que durante o período de paralisação famílias inteiras foram privadas de exercer sua atividade. Quando esses pescadores e pescadoras voltaram a pescar, perceberam a diminuição e o desaparecimento de espécies de peixes.

Torna-se essencial discutir também o Laudo Técnico, relatório que foi escrito com o objetivo de dimensionar os impactos ambientais. Uma das suas conclusões aponta

que o monitoramento ambiental seria importante para se obter o real dimensionamento dos impactos causados pelo acidente (LAUDO TÉCNICO, 2005). No entanto, a questão é afirmada apenas como conclusão, não existindo um planejamento ou menção de como o monitoramento seria feito. Por outro lado, as lembranças enfatizam justamente os impactos de longo prazo provocados sobre o ambiente. José Silva afirma que ainda é possível encontrar as manchas de óleo em Amparo: “até hoje se pegar uma enxada e cavoucar já começam a sair o óleo de baixo da areia” (José Paulo Honório Silva, entrevista, 28 set. 2011). O pescador Mariano também ressalta que a contaminação de óleo provocou mudanças no mar “O óleo é um produto que mata [...] tinha a salteira, tinha a prejerava, a pescada, tinha o baderno e tudo diminuiu bastante” (Mariano Rodrigues Lourenço, entrevista, 28 set. 2011). De acordo com Michael Pollak (1989, p. 13), indivíduos e certos grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadramentos de uma memória coletiva se esforçam por minimizar ou eliminar. Se a análise do trabalho de enquadramento é uma chave para estudar de cima para baixo como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele realizado com os instrumentos da história oral, faz aparecer os limites desse trabalho de enquadramento e ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (POLLAK, 1989, p. 13).

Deve-se ressaltar que as lembranças são construídas e reinterpretadas pelas motivações presentes. Conforme a circunstância, ocorre à emergência de certas lembranças, sobretudo, as de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado (POLLAK, 1989, pp. 8-9). Nesse sentido, pode-se observar que mesmo quando a questão era direcionada ao desastre de 2004, os entrevistados(as) lembravam-se do evento através das motivações presentes, sobretudo, relatando como o desastre ainda provoca impactos no ambiente e afirmando que não receberam as indenizações. De acordo com Ecléa Bosi (1994, pp. 415-416), muitas vezes a mente remodela a experiência em categorias cheias de sentido úteis para o presente. Um desejo de explicar atua sobre o presente e o passado integrando esquemas pelo qual a pessoa norteia sua vida.

Se as lembranças dos pescadores(as) são reinterpretadas pelas motivações presentes, a memória oficial, ou seja, aquela divulgada nos meios e comunicação e publicada nos documentos, também foi construída e passou por um processo de disputa para ser organizada. As notícias de jornais trazem informações divulgadas pelos

documentos expedidos e os relatos das autoridades envolvidas nas medidas emergenciais do desastre. Entre as informações que se repetem estão a de que o acidente ocorreu num cais privado e não no porto, que os responsáveis pelo desastre seriam multados e que as comunidades atingidas seriam devidamente compensadas. Nas atas das reuniões as preocupações giram em torno das atividades portuárias, das medidas emergenciais, da imagem do Porto de Paranaguá (ATAS DAS REUNIÕES DOS DIAS 15, 16,17 e 19 de nov. 2004). Outro ponto importante para ver os limites e a construção dos documentos oficiais é pensar na ênfase do Laudo Técnico no dimensionamento dos impactos ambientais e na responsabilização dos culpados. No contexto atual, com certa distância temporal do evento, sabe-se que não houve monitoramento. Em relação às empresas multadas e responsabilizadas, ainda permanecem questões não respondidas, como exemplo, o caso da empresa Cattalini, multada em 50 milhões e que compensou a sua multa com a construção de um aquário marinho no valor de 5 milhões (GAZETA DO POVO, 2010). Uma obra de grande vulto que concretiza o silêncio em torno dos verdadeiros impactos e do desastre ambiental, impactos que de fato, não foram compensados.

Considerações finais

Indo além do que foi escrito e noticiado, as lembranças evocam as exclusões, as privações sentidas durante a paralisação da pesca e evocam os impactos ambientais provocados no espaço onde exercem sua atividade econômica. Os pescadores constroem uma clara oposição entre um antes e um depois do desastre ambiental. Em suas narrativas, relatam mudanças observadas no mar, nas espécies de peixes que desapareceram e diminuíram após o desastre. Como apontado no início do texto, suas percepções tomam como marcos as experiências retiradas das suas histórias de vida. Suas referências são norteadas pelos conhecimentos, significados e interações estabelecidas com o lugar onde vivem. Referências e interações que foram deixadas de lado na construção de relatórios de impacto ambiental.

Desconsiderados, os pescadores foram compensados com medidas que os excluíram e o desastre compensado com uma obra de grande vulto, construída para enaltecer uma suposta consciência ambiental. Muito além do que foi descrito e documentado, o mar significa vida para os pescadores e na medida em que o desastre provocou mudanças no mar, também provocou mudanças nas suas vidas.

Referências

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA. *Administração dos Portos*. Disponível em:

<http://www.portosdoparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=99>. Acesso em: 1 jan. 2018.

ANDRIGUETTO, José Milton. *Sistemas técnicos de pesca e sua dinâmica de transformação no Litoral do Paraná- Brasil*. 1999. 255 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná e *Université de Bordeaux II*. Curitiba, 1999.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1994.

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; NODARI, Eunice Sueli. Desastres ambientais e políticas públicas em Santa Catarina. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH*, 26, 2011, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: ANPUH- SP, 2011. p.1-12. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300887241_ARQUIVO_DesastresAmbientaisPoliticasePublicasemSantaCatarina.pdf. Acesso em: 20 jan. 2013.

FIGUEIRA, Priscila Onório. *Vida e trabalho: A pesca artesanal na Ilha do Amparo após o acidente do Navio Vicuña (2004)*. 2011. 58 f. Monografia (Licenciatura em História), Faculdade de História, Universidade Estadual do Paraná. Paranaguá, 2011.

FIGUEIRA, Priscila Onório. *Isso aqui pra mim é vida: memória, história pesca, desastre ambiental numa configuração social (Amparo, Paraná) 1940-2010*. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

FORONE, Priscila. Meio ambiente. Para compensar o desastre ambiental causado pela explosão do navio *Vicuña*, em 2004, a empresa Cattalini se propôs a investir R\$ 5 milhões no aquário marinho de Paranaguá. *Gazeta do Povo*. Curitiba. 16 jul. 2010.

Disponível em:

http://www.gazetadopovo.com.br/..//midia/tn_620_600_Aquario_Paranagua_multa_lbam_a_17-07.jpg. Acesso em: 02 ago. 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

KRAEMER, Marília de Carvalho. *Malhas da pobreza: exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá*. Curitiba: Estante Paranista, 1983.

JOUTARD, Phillippe. Desafios à história oral no século XXI. In: MORAES, Marieta de Moreira et al (org). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 31-46.

MALDONADO, Simone. *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Editora ANNABLUME, 1993.

ODUM, Eugene. *Ecologia*. Tradução Christopher J. Tribe. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. *História oral*. vol.5, p.9-28. jun. 2002.

Fontes arquivística

ATAS DAS REUNIÕES - Capitania dos Portos do Paraná, ocorridas nos dias 15, 16, 17 e 19 de novembro de 2004. Acervo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - (IBAMA), Paranaguá, Paraná, Brasil.

LAUDO TÉCNICO do Acidente do Navio *Vicuña*, ocorrido em Paranaguá no dia 15 de novembro de 2004. IAP/ IBAMA, 2005. Acervo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - (IBAMA), Paranaguá, Paraná, Brasil.

MEMÓRIA DE REUNIÃO com lideranças dos pescadores. Paranaguá, 30/11/2004. Acervo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - (IBAMA), Paranaguá, Paraná, Brasil.

MEMÓRIA DE REUNIÃO com lideranças dos pescadores. Paranaguá, 01/12/2004. Acervo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - (IBAMA), Paranaguá, Paraná, Brasil.

RELATÓRIO INICIAL DO NAVIO *VICUÑA*. Avaliação da contaminação por hidrocarbonetos de petróleo nos sedimentos, peixes, ostras, siris e caranguejos da região afetada pelo acidente do navio *Vicuña* na Baía de Paranaguá e identificação de alterações de bioindicadores e no padrão natural da estrutura da ictofauna nas áreas atingidas de 12 de abril de 2005. Acervo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - (IBAMA), Paranaguá, Paraná, Brasil.

Fontes de periódicos

DOIS mortos em explosão de navio em Paranaguá. *Folha do Litoral*, Paranaguá, Ano 3, nº 1325, 17 nov. 2004. p.4.

REDAÇÃO. Quatro mortes em explosão em Paranaguá. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 16 nov. 2004. Disponível em: <http://www.paranaonline.com.br/editoria/cidades/news/100951/?noticia=QUATRO+MORTES+NA+EXPLOSAO+EM+PARANAGUA>. Acesso em: 13 mai. 2010.

TORTATO, Mari. Navio explode, mata dois e polui 18km de mar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1711200426.htm>. Acesso em: 23 jun. 2013.

Fontes orais

Gilberto Gonçalves do Rosário, entrevista, 26 jan. 2014.

José Paulo Honório Silva, entrevista, 28 set. 2011.

Josias Mendes do Rosário, entrevista, 28 set. 2011.

Maria Santos do Rosário, entrevista, 20 jan. 2014.

Mariano Rodrigues Lourenço, entrevista, 28 set. 2011

Mariano Rodrigues Lourenço, entrevista, 16 fev. 2013.

Nazira Rosa, entrevista, 30 jan. 2013.